

DOCUMENTO DE SÃO BERNARDO

Documento

A declaração conjunta dos que lutam para conquistar os direitos inalienáveis do povo.
Página 3

Última Página

A poesia utópica de um pacifista que influenciou a geração da década de 60. John Lennon, assassinado, perpetua sua obra e sua luta pela paz no mundo e amor entre os homens.

Bíblia Hoje

Miguez Bonino, pastor metodista argentino e um dos presidentes do Conselho Mundial de Igrejas faz uma reflexão contundente sobre a Igreja dos Pobres e a solidariedade exigida aos cristãos e os problemas que daí decorrem.
Página 14





“Vai, junta os anciãos de Israel (...) eu sei, porém, que o rei do Egito não vos deixará ir, se não for obrigado por mão forte”. (Êx 3. 16,19)

No livro do Êxodo encontra-se a pedagogia utilizada por Deus para a libertação do povo oprimido. Existe toda uma descrição das etapas a serem cumpridas até a chegada do povo na nova terra.

A Bíblia derruba as falsas ilusões de quaisquer imediatismos que possam velar o lento processo de aprendizagem numa prática de libertação.

Moisés não deve ficar sozinho. Deve, sim, juntar os líderes das tribos para conduzir o povo para a Terra Prometida. E é na prática que o povo apreenderá e compreenderá os desígnios de Javé.

Em seguida, a Bíblia alerta para a descrença do povo ainda que veja coisas prodigiosas acontecerem.

“Não é isto o que te dissemos no Egito: deixa-nos para que sirvamos os egípcios? Pois melhor nos fora servir aos egípcios do que morrermos no deserto” (Êx 14. 12).

A servidão corrompe a carne e o espírito. E é nos passos da luta de cada dia que o jugo começa a ser rompido. Mesmo porque a servidão traz a falsa segurança de quem sabe claramente os limites impostos para a

sua sobrevivência. Difícil mesmo é correr o risco da luta e enfrentar toda a violência de quem tem o poder.

“Daqui em diante não torneis a dar palha ao povo para fazer tijolos como antes. Eles mesmos que vão e ajuntem para si a palha e exigíveis deles a mesma conta de tijolos, que antes faziam, nada diminuireis dela, estão ociosos e por isso clamam” (Êx 5. 7).

E Deus vai revelando as atitudes políticas desta libertação. Primeiro, tentar dialogar com o que domina. Em seguida, mostrar no concreto o seu poder: as pragas que vão amedrontando o faraó. Por último, quando nada mais resta, a ofensiva de quem defende a sua vida: a Páscoa no Sangue que redime o Povo. O Espírito do Senhor que passa por cima das casas dos filhos de Israel no Egito e os fere e livra o seu povo. E, antes de partir para a travessia, resgatam aquilo que lhes foi sugado: “despojaram os egípcios” (Êx 12. 36).

Este número de Tempo e Presença quer registrar os passos que nosso povo começa a dar para a sua libertação. O documento de São Bernardo evidencia isto: unir-se para buscar juntos caminhos de liberdade.

Nossa última página apresenta a utopia do mundo humanizado por aquele que foi assassinado apesar da paz que proclamou. Um profeta fora das nossas casas e espaços clericais.

Finalmente, um lembrete:

“O Senhor estará em guerra com Amaleque, de geração em geração”. (Êx 17. 6).

**Tempo e Presença
Editora Ltda.**

Diretor
Domício Pereira de Matos

Coordenador
Paulo Cesar Loureiro Botas

Editor de Arte
Claudius Ceccon

Diagramação
Anita Slade

Artefinal
Martha Braga

Equipe de Redação
Carlos Cunha
José Ricardo Ramalho

Conselho Editorial
Carlos Alberto Ricardo
Leticia Cotrim
Zwinglio Mota Dias
Carlos Rodrigues Brandão
Jether Pereira Ramalho
Eliseu Lopes
Henrique Pereira Júnior
Carlos Mesters
Beatriz Araújo Martins

Composição, Fotolito e Impressão
Editora Gráfica Luna Ltda.
Rua Barão de São Felix, 129 - Centro
Rio de Janeiro

Assinatura anual: Cr\$ 600,00
Remessa em cheques
pagáveis no Rio para
Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16.082
22221 Rio de Janeiro, RJ

Publicação mensal
Registro de acordo com a
Lei de Imprensa

CEDI
Centro Ecumênico de
Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 fundos,
Cosme Velho Telefone 2055197
22241 Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Av. Higienópolis, 983
01238 São Paulo, SP



DOCUMENTO DE SÃO BERNARDO

Segundo Encontro Nacional entre Dirigentes Sindicais e Militantes do Movimento Popular.

Taboão da Serra, 4 a 6 de julho de 1980

Dirigentes sindicais e militantes do movimento popular brasileiro, reunidos em Taboão da Serra (SP, 4 a 6 de julho de 80), discutiram, elaboraram e aprovaram os textos aqui reunidos.

Este encontro realizou-se em continuidade ao de João Monlevade (MG, 7 a 9 de fevereiro), do qual saiu o texto "Proposições para o Fortalecimento da Atuação Sindical", mais conhecido como **Documento de Monlevade**. Naquela ocasião, marcou-se a data deste encontro, a ser realizado em São Bernardo do Campo, SP, sob responsabilidade dos companheiros do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema.

Devido às consequências da recente greve do ABC, não foi possível a reunião em São Bernardo. Entretanto, em homenagem aos metalúrgicos desta cidade, que travaram a mais significativa luta do movimento operário brasileiro, decidiram os participantes deste encontro intitular os textos aqui reunidos de Documento de São Bernardo.

Em João Monlevade, os participantes escolheram alguns companheiros que ficaram encarregados de incentivar a promoção de encontros semelhantes nas diversas regiões do país, propiciando assim a inter-relação entre militantes do movimento popular brasileiro. Três companheiros de São Paulo foram indicados para cuidar da realização deste segundo encontro nacional.

Foram temas básicos deste segundo encontro:

- **A relação entre partido político e movimento popular.**
- **Os rumos do sindicalismo brasileiro, na cidade e no campo.**

O **Documento de São Bernardo** quer ser apenas um instrumento de reflexão dos militantes e setores do movimento popular, dentro da atual conjuntura do País. A crítica construtiva do movimento popular saberá, sem dúvida, enriquecê-lo.



A RELAÇÃO ENTRE PARTIDO POLÍTICO E MOVIMENTO POPULAR

1 O Movimento Popular

1.1 Por movimento popular entendemos todas as formas de mobilização e organização de pessoas das classes populares diretamente vinculadas ao processo produtivo, tanto na cidade quanto no campo. São movimentos populares as associações de bairros da periferia, os clubes de mães, as associações de favelados, os grupos de loteamento clandestino, as comunidades de base, os grupos organizados em função da luta pela terra e outras formas de luta e organização populares. *É também parte integrante do movimento popular o movimento sindical* que, pela sua própria natureza, possui um caráter de classe definido pelas categorias profissionais que o integram.

1.2 Nos últimos anos o movimento sindical tem encontrado nos bairros, animados pelos movimentos populares, um campo de apoio e de trabalho decisivo à sua organização e lutas. Ao mesmo tempo, a repressão e o controle direto nos ambientes de trabalho, fazem com que o bairro seja um local de mobilização do próprio movimento sindical. Nesta inter-relação, o movimento popular adquire sempre mais *um caráter de classe*, pois assume como suas as lutas dos trabalhadores. Foi o que se viu recentemente na greve do ABC paulista.



2 A necessidade do Partido Político

2.1 As lutas reivindicatórias travadas nos últimos anos, pelo movimento popular nos bairros, na zona rural e nos sindicatos revelam a necessidade de um canal de representação, mobilização e expressão política. A estrutura social agravada pela conjuntura do País impõe às classes populares a necessidade de articularem suas lutas específicas como a luta política, entendida não apenas como atuação parlamentar, mas sobretudo como um *fator de organização das classes populares* capazes de, em busca de sua libertação, transformarem o sistema político-econômico e social que nos domina e criarem seu próprio projeto social alternativo.

2.2 Chamamos de partido político a este canal de expressão, mobilização e representação políticas, capazes de contribuir para a libertação das classes populares. Frequentemente encontramos no movimento popular certos preconceitos quanto à questão do partido político como, "o partido não é necessário", "quem está em partido não deve estar em movimento popular", "partido é para políticos e nós da base nada temos a ver com isso"... Entre as causas deste preconceito situa-se a tradição política das classes dominantes, fomentando a política do clientelismo, dos currais eleitorais, do coronelismo, do populismo e da demagogia em véspera de eleições. Em defesa de seus interesses a ideologia dominante, manipulada pelos partidos políticos com acesso aos instrumentos do poder, incutiu em grande parcela de nosso povo a idéia de que "política é coisa de políticos", entendida como os membros das classes dominantes que "em nome do povo", exercem o poder. Em contrapartida, o povo estava excluído do poder e não deveria preocupar-se com a instância política; bastava votar delegando sua representação aos políticos profissionais burgueses, e tudo mais viria por acréscimo...

Outra causa do preconceito político do movimento popular é a maneira como certos setores,

teoricamente identificados com este movimento, procuram “politizá-lo”, ou seja, de fora para dentro ou de cima para baixo, como seres dotados de toda ciência política a ser mecanicamente infundida na consciência popular...

2.3 Romper este preconceito é contribuir para que o movimento popular crie os seus próprios instrumentos de luta política. Eis um desafio urgente que se apresenta na atual conjuntura brasileira.



3 A Educação Política

3.1 Faz-se urgente desenvolver, junto aos movimentos populares, um intensivo trabalho de educação política que desperte o operário, o trabalhador rural, a dona de casa e demais pessoas do povo, para o direito inalienável à sua condição de cidadão que é o de ativa participação na vida política do país, inclusive na vida partidária.

3.2 Cabe à educação política criar consciência de que este direito é exercido dentro de um processo de engajamento social que, sem ser excludente, passa por diferentes etapas, desde a mais simples luta pela água no bairro ou pela defesa da posse da terra até à elaboração de um projeto político alternativo. A atividade partidária não deve ser exclusiva e jamais desvinculada do trabalho de base e da inserção do militante nos movimentos populares.

3.3 Através da educação política, isenta de qualquer proselitismo e de discussões centradas em siglas, o militante encontrará os critérios que lhe permitam equilibrar a atuação no movimento popular com a atuação nas esferas do partido.

4 O Partido Político

4.1 As classes populares devem ter o seu partido político, cujos princípios norteadores tenham suas raízes na prática, inclusive histórica, dos movimentos populares, tendo em vista a tomada do poder a serviço da construção de uma sociedade sem opressores e oprimidos.

4.2 Caráter do partido político:

- prática democrática, com ampla participação dos trabalhadores da cidade e do campo e demais pessoas do povo, em cujas mãos deve estar o poder de decisão;
- assumir os interesses populares;
- promover a organização política das classes populares observando e respeitando as prioridades e especificidades regionais;
- instrumento das lutas populares;
- não pretender ser o único instrumento de unificação política das lutas populares e buscar representar sempre mais as aspirações objetivas da classe trabalhadora;
- não pretender fixar-se somente na luta parlamentar ou dar prioridade a ela.



5 A Relação entre Partido Político e Movimentos Populares

5.1 O partido político deve respeitar a autonomia dos movimentos populares, sem pretender torná-los meros reflexos de sua atuação ou a extensão de suas esferas.

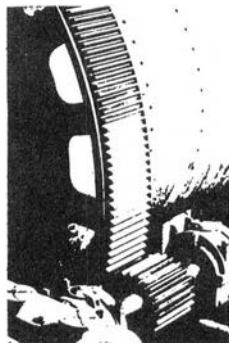
5.2 O partido político não deve atrapalhar o movimento popular nem pretender ser o seu tutor. Antes, o partido político deve fazer ressoar a voz dos movimentos populares, coordenando seu ritmo de atividades com o ritmo próprio dos movimentos populares.

5.3 A luta partidária não deve ser confundida com a luta sindical. Ao pretender unificar as bandeiras de luta levantadas no campo e na cidade, o partido não deve pretender açambarcar os movimentos que encarnam ou hasteiam essas bandeiras.

5.4 Devem os militantes do movimento popular comparar a prática política dos partidos com seus respectivos programas; avaliar se o partido se coloca a serviço do movimento popular e não vice-versa, se caminha rumo ao poder exercido pelas classes populares, se desenvolve trabalho de educação política nas bases.

5.5 O partido é um dos instrumentos de luta das classes populares e deve evitar todo o risco de exclusividade absoluta, assumindo as decisões da base, ainda que elas não estejam em seu programa.

5.6 O partido deve estar presente principalmente no dia-a-dia dos trabalhadores, da cidade e do campo, assegurando a expressão e a consolidação política de seus anseios e esperanças.



RUMOS DO SINDICALISMO BRASILEIRO NA CIDADE E NO CAMPO

Nos últimos anos o movimento sindical da cidade e do campo, reassume a sua luta tendo em vista a emancipação dos trabalhadores frente ao sistema opressor, marcado com exploração do trabalho pelo capital. Porém, foi somente no decorrer da recente greve do ABC que se evidenciou a necessidade de interligação dos movimentos populares pela natureza comum de seus objetivos, embora, por algum tempo, caminhassem isoladamente.

Tal conjuntura naturalmente propiciou uma atuação mais abrangente, tendo em vista a necessidade de uma interligação efetiva e dinâmica, tanto dos sindicatos como dos movimentos populares. E ela se faz necessária sobretudo, quando nos deparamos com uma frente formada de patrões e Governo — aliança que ficou ainda mais clara nos últimos episódios do ABC e nas demais lutas populares — em decorrência de um objetivo comum: a exploração brutal dos trabalhadores brasileiros.

A constatação desse quadro mostra, então, que a emancipação do trabalhador se efetivará no momento em que sindicatos e outros movimentos populares avançarem para uma organização sólida e decidida, fixando-se o principal ponto de apoio de suas lutas, num processo constante e permanente.



1 As Novas Lições da Luta Sindical

O avanço das lutas e da organização dos trabalhadores, particularmente na região do ABC, defrontou-se com uma falsa abertura política e com a repressão indiscriminada por parte do Governo e dos patrões (nacionais e estrangeiros). Colocou, na prática, a necessidade da luta sindical, através do fortalecimento da organização dos trabalhadores nas bases, de maior entrosamento dos sindicatos (a nível municipal, regional, nacional e internacional) e de maior aproximação destes com os outros movimentos populares.

A atuação por dentro dos sindicatos é que deve encaminhar a luta sindical, numa prática onde as lideranças estejam sempre em sintonia com as bases, no sentido de se fazer um trabalho permanente de informação, mobilização e organização da categoria, não se limitando somente aos períodos de campanha salarial.

A direção sindical deve ser um instrumento dos interesses e das decisões tomadas pela sua base mobilizada e organizada. Essa postura é necessária para que as bases não se tornem dependentes das direções e possam, na falta destas, substituí-las sem maiores prejuízos para a luta. Assim, o sindicalismo deve ser praticado em todos os locais possíveis: começando nos locais de trabalho, passando pelas mobilizações de bairro e terminando no sindicato, para se dar maior força e unidade na luta.

O Governo está jogando com o paternalismo e o assistencialismo, tanto no campo como na cidade, comprometendo o movimento sindical. O Governo e os patrões criam todo tipo de dificuldade para a formação de entidades livres e independentes. Assim, através da prática da luta reivindicatória, os trabalhadores percebem a íntima ligação que existe entre Governo e Empresa. Percebem também de que lado se encontram certos dirigentes sindicais, que preferem o conforto de seu gabinete a estarem no local de trabalho junto com o trabalhador. Em função desses tipos de prática, facilitados pela atual conjuntura sindical, têm surgido as oposições sindicais que, quando saídas do seio das categorias, não só contribuem nas lutas dos trabalhadores, como também, para que existam sindicatos autênticos.

Nas últimas greves evidenciou-se a importância dos outros movimentos populares para o fortalecimento do movimento sindical autêntico. Resaltem-se as campanhas de solidariedade e o fundo de greve, que partiram de diversos setores e movimentos sociais.

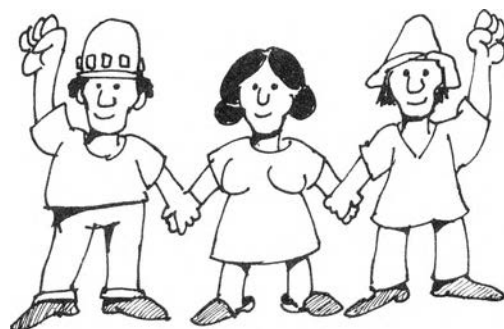
A garantia de um movimento grevista não se prende tão-somente às decisões das vanguardas que, por mais conseqüentes que sejam, devem ater-se às decisões emanadas de toda a categoria. Da mesma forma, o piquete não pode ser encarado como base de sustentação de uma greve ou mesmo razão máxima da greve, e sim, como mais um dentre outros componentes dela.

Ainda deve ser lembrado e levado em consideração o fato do atropelamento da diretoria pela base que, em muitos momentos, tem-se mobilizado e avançado em suas greves, deixando claro que os trabalhadores estão adquirindo uma consciência de classe desmascarando, na prática, o manobristo e o imobilismo de muitas direções sindicais, escoradas na atual estrutura.

2 Como Interligar o Movimento Sindical com as Outras Organizações Populares

2.1 Dentro do princípio de que o movimento sindical não deve isolar-se dos outros movimentos populares, mas considerar-se parte deles, existe a necessidade urgente de rompermos com preconceitos, tanto do movimento sindical como dos demais movimentos populares difundidos pela ideologia dominante e que em nada contribuem para a efetivação dessa interligação.

2.2 Exercitar a solidariedade na cooperação mútua com os sindicatos, imprimindo e divulgando o material e a prática das organizações populares. Utilizar a imprensa sindical para divulgar as lutas que estão sendo travadas nos bairros, ao mesmo tempo em que, nos seus órgãos de divulgação, as organizações populares façam chegar até os bairros as lutas sindicais do momento, permitindo, dessa forma, que os trabalhadores que moram no bairro com suas famílias participem das lutas das categorias.



2.3 **As bandeiras dos movimentos populares** que visam a melhoria das condições de vida da população (saúde, habitação, educação, transporte, etc.), também devem ser apoiadas pelos sindicatos.

2.4 Que os sindicatos criem subseções ou outras formas de presença nos bairros, cidades e distritos de sua base numa forma de abrir a participação a outros movimentos populares (grupos de cultura operária, de mulheres, de bairros, etc.). Que os sindicatos contratem assessorias especializadas no campo social, a fim de facilitarem o intercâmbio entre os movimentos sindical e popular. Em resumo, que os sindicatos e os outros movimentos populares discutam permanentemente entre si todas as bandeiras comuns e formas de solidariedade.

3 Como intensificar a relação sindical cidade e campo

3.1 O conhecimento e a solidariedade mútua entre cidade e campo não devem ocorrer somente em situações de emergência, mas de forma contínua e permanente. Deve-se, por um lado, promover visitas de lideranças de trabalhadores urbanos ao campo para que tenham um contato direto com a realidade do trabalhador rural. Por outro lado, deve-se, também, promover a vinda do trabalhador rural, particularmente as lideranças, à cidade, a fim de não só desmascarar a falsa imagem criada pelo Governo de que a cidade oferece vida melhor, mas também, de conhecer as formas de luta e de organização do trabalhador urbano.

3.2 As intersindicais devem buscar a participação de sindicatos dos trabalhadores rurais nas suas atividades. Intercambiar, porém, as experiências a partir de ações concretas em conjunto. Conjuguar a realização de congressos e seminários, assim como, pequenos encontros entre sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, reproduzindo a experiência em diferentes regiões. Nos jornais e boletins dos sindicatos divulgar notícias de trabalhadores rurais, enviando ainda a eles o noticiário das lutas dos trabalhadores urbanos, para que conste em suas publicações.



3.3 A questão dos trabalhadores rurais e urbanos pela posse da terra e do chão para morar também unifica os seus interesses. E, num contexto mais amplo, a reforma agrária é uma luta que não só contempla os trabalhadores rurais como ainda os urbanos. Por essa razão, tal luta deve ser levada em conjunto.

3.4 Lutar contra os intermediários no sentido de que o lavrador possa receber o preço justo da distribuição de seus produtos ao consumidor urbano, na sua grande maioria, trabalhadores.

3.5 Filiação de todos os sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos ao DIEESE, para melhor encaminhamento de suas lutas salariais. Essa filiação propiciará também a troca de informações.



4 Os rumos prioritários do sindicalismo na cidade e no campo frente à conjuntura atual

Para que o avanço do sindicalismo seja realmente um fato, faz-se necessário um plano de ação que determine quais os pontos prioritários para o desenvolvimento da própria organização dos trabalhadores.

Dentro dessa ótica são estabelecidos, então, os rumos prioritários, cujo objetivo será alcançado na medida em que todos se compenetrem da necessidade de lutar por:

4.1 Unificação das lutas, mostrando a necessidade imediata de comissões permanentes que englobem todos os movimentos, visando ao apoio econômico e político a todas as lutas populares.

4.2 Nova estrutura sindical, democrática e autônoma, utilizando-se de todas as iniciativas propícias para tal, inclusive, como a criação de uma Central Única de Trabalhadores.

4.3 Efetiva informação às bases, oferecendo-se meios para discussões amplas que gerem a conscientização, a qual modificará as diretorias inexpressivas, como também, estimulará a atividade política necessária.

4.4 Formação de intersindicais, englobando trabalhadores urbanos e rurais, a partir dos interesses imediatos da classe trabalhadora, com o estabelecimento de princípios básicos frente a um programa comum.

4.5 Ratificação da Convenção-87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), preservando o princípio da unidade sindical.



4.6 Aumentos salariais baseados nos lucros das empresas, o que é realmente uma das formas de distribuir a renda, invertendo a posição do Governo de que o salário causa a inflação.

4.7 Realização de uma CONCLAT que seja a expressão democrática do movimento sindical do campo e da cidade.

Os encontros dos trabalhadores em oposição à estrutura sindical devem ser incentivados e apoiados, na medida em que se trata de iniciativa democrática e sindicalista.

Aprovam e assumem o encaminhamento, nas bases, dos princípios contidos neste DOCUMENTO DE SÃO BERNARDO, os seguintes participantes do encontro:

Arnaldo Gonçalves, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, SP.
 Antonio Pereira dos Santos, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Panificadora e Confeitaria, SP.
 Adelar de David, da Comissão de Pastoral Operária Nacional.
 Antonio Moreira de Carvalho Neto, do Sindicato dos Trabalhadores em empresas de Telecomunicações e Operadores de Mesas Telefônicas do Estado de Minas Gerais.
 Anízio Batista de Oliveira, da Oposição Metalúrgica de São Paulo.
 Adriano Sandri, metalúrgico de Betim, MG.
 Ana Maria César, do Movimento de Bairro de Vila Velha, ES.
 Antonio Vieira, FASE, Santarém, PA.
 Benedito Furtado de Andrade, do Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos, SP.
 Euclides Canalle, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçador, SC.
 Edson Campos, do Sindicato dos Bancários de São Paulo.
 Edson Ricardo Santana, metalúrgico, Volta Redonda, RJ.
 Frei Betto, da Pastoral Operária de São Bernardo do Campo, SP.
 Geci Prates, do Sindicato dos Oficiais Gráficos de Caxias do Sul, RS.
 Glison Rodrigues da Cunha, do SENALBA, MG.
 Henos Amorina, do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, SP.
 Hélio Bombardi, da Oposição Metalúrgica de São Paulo.
 Hugo Perez, da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo.
 Francisco P. G. Carvante, do Sindipetro de Campinas e Paulínia, SP.
 José Cicoti, da Diretoria eleita do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, SP.
 João Pedro Stedile, da Comissão Pastoral da Terra, RS.
 Jorge Ricardo Bittar, do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro.
 José de Souza, do Sindicato do Petróleo de Santos, SP.
 José Rodrigues da Silva, da Ação Católica Operária de Recife, PE.
 José Mendes de Menezes, do Sindicato dos Metalúrgicos de Acesita, MG.
 Joaquim Arnaldo de Albuquerque, metalúrgico do Rio de Janeiro.
 João Paulo Marques, do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário de Porto Alegre, RS.

4.8 Unificação das datas base, por categorias.

4.9 Lutar por um modelo econômico alternativo de interesse dos trabalhadores, fruto da expressão de sua vontade, e pela alteração da atual legislação social, eliminando-se o seu caráter repressivo, através da participação do povo na discussão e elaboração de nova legislação.

Assim têm-se como principais bandeiras:

- a) reforma agrária;
- b) garantia no emprego;
- c) eleições diretas em todos os níveis de representação;
- d) direito de greve;
- e) contrato coletivo de trabalho;
- f) recondução dos dirigentes sindicais cassados.

Finalizando:

Continuamos assumindo, como plenamente válidos, os princípios enunciados no Documento de Monlevade.

José Luiz Stedile, da Oposição Sindical Metalúrgica de Porto Alegre, RS.
 João Paulo Pires Vasconcelos, do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade, MG.
 Lourenço Zanetti, da FASE do Rio de Janeiro.
 Luís Sérgio Nóbrega de Oliveira, da Ação Católica Operária de Angra dos Reis, RJ.
 Luís Inácio da Silva, da diretoria eleita do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, SP.
 Livino Blanger, da Comissão Pastoral da Terra de Santa Catarina.
 Maximínio Pereira da Silva, da Ação Católica Rural de Pernambuco.
 Maria Auxiliadora de Menezes, do Movimento de Favelas do Rio de Janeiro.
 Normando Cayovette, das Comunidades Eclesiais de Base do Estado do Rio de Janeiro.
 Olívia Barretos Gomes, da Comissão Pastoral Operária, Volta Redonda, RJ.
 Olívio Oliveira Dutra, da diretoria eleita do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, RS.
 Orlando Freire de Almeida, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina, ES.
 Paulo Oliveira, metalúrgico do Rio de Janeiro.
 Ricardo Rezende Figueira, da Comissão Pastoral da Terra do Tocantins, Araguaia, PA.
 Rogue Grazziotin, da Pastoral Operária de Caxias do Sul, RS.
 Rogério Medeiros, do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo.
 Raimundo Ananias, do Sindicato dos Securitários de Pernambuco.
 Selvino Heck, do Movimento de Bairro da Lomba do Pinheiro, Viamão, RS.
 Vitor Buaiz, do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo.
 Walter José Irber, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tenente Portela, RS.
 José Cardoso, metalúrgico do Rio de Janeiro.
 Geraldo Pestana, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, PA.
 Raimundo Rosa Lima, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria de São Paulo.
 Ademir Antonio Lazzari, do Conselho Pastoral de Carapina, Serra, ES.

Aconteceu

Dezembro 1980

IGREJA JAMAIS VAI APOIAR O REGIME, DIZ D. ALOÍSIO

"Um diálogo (com o Governo) sempre é possível, mas um 'sim' por parte da Igreja ao sistema sócio-econômico-político reinante entre nós jamais será possível, já que a Igreja não pode, em consciência, considerar evangélico o que é estruturalmente contrário ao plano de Deus". Esta é a conclusão de uma nota divulgada pelo cardeal-arcebispo de Fortaleza, D. Aloísio Lorscheider, na qual assevera que "as divergências e atritos" entre a Igreja e o Governo brasileiro devem-se à "diferença da visão sócio-econômico-política da Igreja, de um lado e do Governo do outro". "A visão da Igreja é que o sistema sócio-econômico-político adotado entre nós é um sistema pecaminoso, anti-evangélico, necessitando de uma profunda transformação, que significa mudança estrutural do sistema, uma nova ordem internacional, na qual a distribuição equitativa dos bens, o respeito dos direitos fundamentais da pessoa humana, a livre e efetiva participação política de todos os cidadãos sejam uma realidade" — afirma D. Aloísio. Para o cardeal, o Governo, entretanto, tem uma visão "funcionalista da sociedade", dentro da qual "no dia em que todos executarem bem a própria função na sociedade, teremos um país desenvolvido. Para apressar este dia — ainda segundo a visão do Governo, pelas palavras de D. Aloísio —, impõem-se algumas reformas não estruturais do sistema, mas apenas funcionais".

APENAS METADE DOS TRABALHADORES GANHA 2 SALÁRIOS MÍNIMOS

A metade dos 24 milhões 460 mil 229 trabalhadores brasileiros com carteira assinada (49,5%) ganha até dois salários mínimos e tem apenas o curso primário, enquanto que apenas 1,6% deles — 39 mil 364 — recebe acima de 20 salários mínimos (Cr\$ 105 mil 776). A informação foi divulgada pela assessoria econômica do Ministério do Trabalho, com base na RAIS (Relação Anual de Informes Sociais), relativa ao ano de 1979. O salário médio da massa trabalhadora brasileira urbana é, atualmente, Cr\$ 20 mil, 260 cruzeiros e 60 centavos (3,5 salários mínimos) e o salário mínimo médio (incluindo o 13º) foi, em 1979, Cr\$ 2 mil 387 cruzeiros, considerando-se os salários mínimos regionais e os aumentos anuais dos salários.

AÇÃO PASTORAL DARÁ ÊNFASE AOS DIREITOS HUMANOS

A defesa dos direitos humanos deverá ser reafirmada como uma das principais prioridades do plano trienal da ação pastoral da Arquidiocese de S. Paulo e entre os projetos que integrarão essa ação poderá estar a "educação para a justiça e para a política", segundo afirmou o professor José J. Queirós, diretor do Instituto de Estudos Especiais da PUC e membro da Comissão de Pastoral dos Direitos Humanos e dos Marginalizados.

MORADORES INSISTEM NA DEFESA DO PADRE HOYOS

Os moradores do Bairro do Coqueiro, em Belém, deverão realizar novas manifestações contra a retirada do Padre Bernardo Hoyos daquela paróquia. Isso ficou decidido, depois que eles tomaram conhecimento, por meio de uma nota na coluna diária de responsabilidade da Arquidiocese de Belém, publicada num dos jornais da cidade, de que o Conselho Presbiteral da Arquidiocese, em reunião extraordinária, decidiu que o Padre Bernardo Hoyos só poderia permanecer na Paróquia de Santo Antônio do Coqueiro até o dia 31 de dezembro. Hoyos é acusado pelo arcebispo D. Alberto Ramos de se preocupar apenas com a política em suas atividades junto à comunidade daquele bairro. Os moradores do Coqueiro fizeram uma concentração em frente ao Arcebisado, mas não conseguiram entregar a D. Alberto um abaixo-assinado com mais de três mil nomes, pedindo a permanência de Bernardo Hoyos.

OPERÁRIOS RECEBEM PAGAMENTO COM CHEQUE SEM FUNDO

Operários da Tecnal — Indústria de Perfis Metálicos, situada em Arujá (SP), solicitaram abertura de inquérito policial, por crime de estelionato, contra Alain Jean Larrieu. Motivo: Larrieu, proprietário da indústria, pagara os salários dos operários com cheques sem fundo. Assim, mediante representação, os operários conseguiram impedir que Larrieu embarcasse para Paris, no aeroporto de Viracopos. Um grupo de empregados montou guarda em torno da empresa, para impedir que seu patrimônio fosse dilapidado.

DESAPROPRIADA FAZENDA BURRO BRANCO EM CAMPO ERÊ, SC.

O Presidente da República assinou em Brasília o decreto que garante a posse das terras da Fazenda Burro Branco, no Município de Campo Erê, a 300 famílias de agricultores. Os agricultores estavam sendo ameaçados de despejo há dois meses pelo Juiz de S. Lourenço do Oeste, criando grande tensão entre as famílias. O litígio de terras no Município de Campo Erê é bastante antigo. Há 27 anos que a fazenda Burro Branco estava sendo disputada na Justiça pela família proprietária (Taborda Ribas) e os posseiros que nela se instalaram e trabalharam durante todo esse tempo. Como a família Taborda Ribas, que mora em Curitiba, nunca utilizou a terra para qualquer fim, os agricultores passaram a fazer sua ocupação progressivamente. Há dois meses, a situação dos agricultores da Burro Branco se agravou com a tentativa da Polícia para desalojá-los, mas, devido à intervenção da Comissão Pastoral da Terra e do Bispo de Chapecó, D. José

Gomes, a ação de despejo não foi executada. Com temor de serem desalojados e enviados ao Acre, para evitar o recrudescimento do problema social, como foi cogitado, os agricultores passaram a pressionar as autoridades, tendo apoio de diversas entidades do Estado. As famílias ameaçadas receberam apoio e ajuda da Comissão Pastoral da Terra, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campo Erê, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina, e das Dioceses de São Miguel do Oeste e Chapecó. O vigário de Campo Erê, Afonso Tebalchini também prestou auxílios e defendeu os posseiros, que afirmaram ser o único homem em que confiavam. No dia 7 de outubro, um grupo de posseiros esteve em Florianópolis pedindo auxílio ao Governador. Na carta entregue ao Governador, eles relatavam as ameaças sofridas. Pediram também terras para trabalhar, segurança para todos, fornecimento de sementes, assistência para suas casas e roças, além de providências urgentes e a compreensão das autoridades quanto ao caso.

ASSOCIAÇÕES DE MORADORES FAZEM PRESSÃO E CONSEGUEM PASSARELAS NA RIO—PETRÓPOLIS

A Rodovia Rio—Petrópolis corta, de seu quilômetro 12 até o 15, região urbana que se espalha pelos bairros Jardim Primavera, Pilar e Figueira, no Segundo Distrito de Caxias. Sem outra alternativa, os habitantes desses bairros atravessavam a rodovia com risco de vida — e muitos perderam-na, ali. Em outubro, no período de 20 dias, seis pessoas morreram atropeladas. As associações de bairro da região se organizaram e pediram a construção de passarelas, nos quilômetros 12, 14 e 15, locais onde o movimento de pedestres era maior. O DNER atendeu o pedido e publicou edital de concorrência, para a construção das passagens exatamente nos três locais sugeridos pela comunidade. Começaram as obras; só que em vez do quilômetro 12, como especificado, o trabalho iniciou-se no quilômetro 13, onde não há grande movimento, mas havia casas comerciais interessadas. As Associações de Bairro protestaram, e o plano original foi respeitado. É um bom exemplo de como a participação do cidadão comum, organizado em associações, pode ajudar a resolver os problemas da comunidade. Em matéria de passarelas, falta agora construir uma no quilômetro 1 da Rio—Magé, onde o problema é o mesmo.

BISPO PEDE MAIS APOIO AO POVO

O bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, afirmou em Goiânia-GO não ver perspectivas de melhora nas relações Igreja-Estado "enquanto o Governo não se voltar mais para o povo". O prelado citou como exemplo a situação dos índios e agricultores da Ilha do Bananal, "que estão expostos às enchentes e sob constante ameaça de serem expulsos das terras pela ampliação do Projeto Rio Formoso". Dom Pedro, que visitou a ilha durante sete dias, relatou à Comissão Pastoral da Terra de Goiânia que as enchentes dos rios Jaburu, Preto e Riozinho estão cobrindo toda a região do Vale do Jaburu, "destruindo as plantações e cobrindo o pasto para a criação de gado". Segundo o prelado, os agricultores estão deixando suas terras e os criadores vendendo o gado para o corte. O bispo de São Félix do Araguaia disse ainda temer que a ampliação do Projeto Rio Formoso — um projeto agrícola com capital francês, alemão e brasileiro — "venha a terminar expulsando a população branca da ilha e reduzindo a população indígena ao extermínio, já que o projeto atinge terras indígenas".

PT RECEBE O SEU REGISTRO PROVISÓRIO

O Tribunal Superior Eleitoral concedeu, em Brasília, registro provisório, por unanimidade de votos, ao Partido dos Trabalhadores, dando-lhe o prazo de 12 meses para organizar-se em pelo menos nove estados e, nestes, no mínimo em 20 por cento dos municípios. Com isso o PT teria condições de obter junto ao TSE o registro definitivo. O relator, ministro Cunha Peixoto, disse que a expressão "Partido dos Trabalhadores" poderia em princípio ferir norma da Lei Orgânica dos Partidos, segundo a qual é vedado registro de partido destinado à defesa de classes. Mas a expressão "dos trabalhadores", argumentou o ministro, "é muito ampla e nela se compreendem patrões e empregados". O ministro explicou que o registro seria impossível se o partido fosse "dos operários", mas, como é "dos trabalhadores", abrange inclusive os inativos e desempregados.

POSSEIROS DENUNCIAM EMPRESA DE PARATI, RJ.

Cerca de 65 famílias de posseiros de Parati, no litoral fluminense, estão acusando a empresa Industrial Agrícola Fazenda Barra Grande S/A de tentar expulsá-los das terras em que cultivam, há mais de 80 anos, banana, milho, arroz e café. Segundo os trabalhadores rurais, em 1978 a empresa forçou-os a assinar, sob coação e ameaças de jagunços, um documento em que a reconheciam como proprietária das terras. Segundo eles, todos vivem exclusivamente do produto da terra, que é bem tratada. Alegam também que a empresa se recusou a receber os posseiros para uma reunião de troca de idéias, porque eles estavam acompanhados do advogado da Pastoral da Terra, da paróquia de Parati, Miguel Pressburger. Os posseiros afirmam também que foram prejudicados pelos defensores públicos de Parati, que deixaram expirar o prazo dos processos, e muitas ações correram à revelia. Há também a denúncia, feita pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Parati, de que a empresa agrícola encaminhou recentemente, à Prefeitura, um requerimento pedindo licença para fazer a limpeza de uma área de capoeira, no antigo campo de aviação da fazenda, embora, segundo o próprio Sindicato, esse local não seja de capoeira mas de plantações de parceiros e posseiros. Se essa licença for concedida, o sindicato afirma que haverá a destruição de dezenas de lavouras, desenvolvidas por famílias de trabalhadores que há muitos anos vivem no local com suas famílias.

CEBS DEFINEM METAS PARA 81 NO NORDESTE

"Não queremos a posse da terra, queremos a posse na terra para trabalhar com liberdade". Esta é uma das principais conclusões, transformada em meta para 1981, do Encontro de Comunidades Eclesiais de Base da Regional Nordeste-1 da CNBB, encerrada em Caucaia, município da região metropolitana de Fortaleza. O encontro contou com a participação de 82 pessoas, em sua maioria agricultores das dioceses de Crateús, Fortaleza, Tianguá, Iguatu e Quixadá, e foi encerrado com uma celebração eucarística, no convento da Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria, presidida pelo cardeal-arcebispo D. Aloísio Lorscheider. De acordo com o programa de ação das comunidades eclesiais de base da Regional Nordeste-1 da CNBB para 1981, serão constituídos grupos de educação política dos agricultores que terão como um dos principais objetivos a formação de sindicatos livres. Durante a reunião foram também escolhidos os 21 nomes que represen-

tação a Regional Nordeste-1 da CNBB no Encontro Nacional de Comunidades Eclesiais de Base, previsto para o período de 20 a 24 de abril de 81, em Itaici (SP).

D. PAULO DEFENDE AS CEBS

Após considerar que as Comunidades Eclesiais de Base, por um tempo, "foram as catacumbas da Igreja" e que "salvaram o povo da desagregação", o Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, confirmou que "ultimamente" elas são "alvo da cobiça de políticos e outros", mas garantiu que, "ao que tudo indica, ao que prova a história, elas não só resistem a isso, mas ensinam". D. Paulo falou durante a abertura do encontro de 300 agentes de pastorais e representantes de base da Igreja, que estabeleceram o Terceiro Plano Trienal de Ação Pastoral da Arquidiocese de São Paulo. Ele espera que "cessem, em breve, as especulações sobre o trabalho das CEBS e que elas nunca se tornem objeto de repressão nem de desconfiança".



CEBS DO CEARÁ LUTAM POR SINDICATOS LIVRES

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBS) do Ceará acabam de decidir que, do seu programa de ação para 1981, constará a formação de grupos de educação política dos agricultores, "para que estes possam lutar por uma política que os liberte", segundo comunicado distribuído pela assessoria de imprensa da Arquidiocese desta Capital. A luta pelos sindicatos livres e por uma terra liberta será feita através da mobilização dos trabalhadores que vão aprofundar esses temas durante encontros a serem realizados posteriormente, em cada diocese — acrescenta o comunicado. Os 82 participantes do encontro das CEBS cearenses também decidiram o seguinte: "Não queremos a posse da terra; queremos a posse na terra para trabalhar com liberdade".

PADRE DEFENDE PAPEL DAS CEBS

Com uma simples frase, o Padre João Batista Libânio — principal coordenador dos dois últimos encontros nacionais das Comunidades Eclesiais de Base — refutou a opinião daqueles que acusam os integrantes das CEBS de serem manipulados pela Oposição: "Quanto mais conscientes da realidade, menos manipuláveis eles estarão". O religioso acrescentou que o fato de muitos insistirem no pretenso perigo da manipulação "significa, antes, o medo de que as CEBS se tornem mais livres e conscientes das suas decisões, medo de que aos antigos currais eleitorais se sucedam os anticurrais; e isso, é claro, só pode contrariar os interesses dos seus antigos donos". Segundo o Padre Libânio, existem hoje no Brasil cerca de 80 mil Comunidades Eclesiais de Base freqüentadas por aproximadamente 1 milhão 400 mil pessoas (católicos na maioria).

IGREJA APÓIA PADRE EM RONDÔNIA

A comissão de pastoral da terra de Porto Velho divulgou nota de solidariedade ao Padre Giovanni Zanotto, Vigário de Pimenta Bueno, que foi indiciado pelo Secretário de Segurança do Território de Rondônia, acusado de insuflar os posseiros da região. A nota diz que a Igreja de Rondônia "está profundamente solidária com o Padre Giovanni Zanotto, cuja atuação é conforme o Evangelho e os documentos da Igreja". A nota estranha o processo aberto contra o padre e indaga: "Por que fazer do caso de Pimenta Bueno um caso especial, quando há problemas de terras em todo o território e a linha de ação da Igreja é a mesma? Por que mais um caso contra um padre estrangeiro?".

BISPO-AUXILIAR PEDE A REFORMA AGRÁRIA

O Bispo Auxiliar de Porto Alegre, D. Edmundo Kunz, defendeu uma reforma agrária total, para possibilitar o acesso à terra a mais de 6 milhões de bóias-frias e terminar com a unidimensionalidade da política agrária, orientada para a cultura de exportação, dirigindo-a à produção de gêneros de primeira necessidade". Na alocução semanal da Arquidiocese, criticou os que discordam do envolvimento da Igreja na questão da propriedade: "Quem assim fala, coloca a questão em termos puramente econômicos. A Igreja tem outro ponto de partida e diz que a solução deve ser fundamentada em razões humanas e sociais, que prevalecem sobre as econômicas e individuais".

DIOCESE PROTESTA CONTRA INQUÉRITO SOBRE INVASÃO DA CASA DO BISPO DE JUAZEIRO, BA

A Diocese de Juazeiro e o Bispo Dom José Rodrigues emitiram uma nota de repúdio à conclusão do inquérito da Secretaria de Segurança Pública, que atribuiu a invasão da residência do Bispo, na madrugada de 24 de outubro, a alguém próximo da Diocese. Diz o documento que o relatório "forçou a opinião pública" a aceitar a hipótese do Bispo ser "o bode expiatório da invasão". Assinam a nota D. José Rodrigues; o Monsenhor Nestor, Vigário-Geral de Juazeiro; 28 agentes pastorais, leigos, padres e freiras, além da Comissão Pastoral da Terra, o Clube de Mães e o Grupo de Jovens da cidade.

FAVELAS CARIOCAS ABRIGAM HOJE UM TERÇO DA POPULAÇÃO

Habitadas por 1,8 milhão de pessoas — um terço da população da cidade — as 309 favelas cariocas cadastradas enfrentam hoje os mesmos problemas de 85 anos atrás, quando surgiu a favela da Providência, a primeira do Rio: não dispõem de infra-estrutura básica e de serviços e continuam a lutar pela posse da terra e contra a ameaça permanente da remoção, considerada a pior desgraça que pode acontecer a uma família favelada. O motorista profissional Carlos Duque, vice-presidente da Associação dos Moradores da Favela do Vidigal, concorda que o governo não promove as remoções, mas revela que elas continuam ocorrendo "pela ação dos poderosos, e o Estado não faz nada para impedir isso". Mas se os problemas das favelas são praticamente os mesmos desde 1895, seus habitantes mudaram bastante. Nas 309 que existem na cidade, há 134 associações de moradores, expressões legítimas das reivindicações da comunidade.

METALÚRGICOS EM GREVE NA FORJA TAURUS S.A.

A fábrica de ferramentas manuais e forjaria da Forjas Taurus S.A. — uma das mais importantes do País, no setor —, instalada em São Leopoldo, município distante 36 km de Porto Alegre-RS, esteve praticamente paralisada. Seus funcionários em greve, exigindo que um adiantamento salarial concedido pela empresa seja considerado aumento de salário.



ARRAES PROPÕE FORMA DE LUTA PARA PMDB

O ex-Governador Miguel Arraes (PE) recomendou ontem ao PMDB que "abandone lutas estéreis nos Estados" que, se mantidas, o transformação, "de grande Partido Nacional numa série de Partidos estaduais à busca de um pedaço de poder". afirmou, como principal objetivo da agremiação, a "mudança do regime, e não a conquista de um deputado ou governador". Em discurso na convenção do PMDB em Brasília, advertiu ainda que o Partido não deve ajudar o Governo para sair da crise econômica, uma vez que a saída pretendida por ele é a de "manobrar dentro da estrutura política" e manter-se no poder. "Pensam que nos enganam e tentam nos fazer brincar de política, ao invés de fazermos política", afirmou. O ex-Governador disse que o único caminho do Partido é a "luta contra o regime", e para isto recomendou que "se transforme num Partido de massas, onde o povo possa pronunciar-se e onde haja uma discussão democrática", para que compreenda "com mais liberdade a luta contra o que resta de exceção e conquiste uma Assembleia Nacional Constituinte livre e nascida da vontade do povo brasileiro".

DENUNCIADA MATANÇA DE ÍNDIOS

Mais de 15 crianças indígenas das várias aldeias xavantes do Mato Grosso morreram de desidratação e pneumonia por descuido do hospital da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SU-DECO), de Barra do Garças, com o qual a FUNAI mantém convênio. Outras seis crianças indígenas do aldeamento xavante de Parabubure, na Reserva de Couto Magalhães, morreram envenenadas pelos produtos químicos lançados na região por fazendeiros e que atingiram as águas do rio Couto Magalhães utilizadas pelos índios. A denúncia foi feita, em São Paulo, pelo chefe índio da aldeia de São Marcos — a maior aldeia xavante do País, a 130 quilômetros de Barra do Garças — Aniceto Tsudzaweré Tsahobo. Em São Paulo para tratamento de um problema no joelho, acompanhado do subchefe Manoel Tsareio e do índio Renato Tserepina, Aniceto afirmou que "estes problemas bem revelam a intenção da FUNAI de desmoralizar o índio e querer matar a força do índio xavante".



AO POVO EM GERAL

Nós agricultores de Urna da Grande Alagamar denunciaremos a destruição de nossas lavouras pelo gado do proprietário e ameaças de morte da parte do proprietário, seus capangas e policiais.

Nós agricultores de Urna, somos 23 famílias, todos nascidos e criados nesta fazenda que é área da Grande Alagamar, estamos prejudicados pelo gado do proprietário, o sr. Enildo Rodrigues Jordão, que soltou suas reses nas nossas lavouras no dia 1º deste. Isto com cobertura de 10 policiais do destacamento de Itabaiana e 15 capangas acompanhados pelo proprietário.

Quando nos juntamos para nos defender do gado, vieram o proprietário com rifle, os capangas com espingarda e dois deles, a cavalo, de revólver e espalharam o povo, correndo atrás.

Nós estamos sem agüentar as destruições pelo gado nas bananeiras e nos roçados de cada um onde tem mandioca e ainda milho, fava e algodão para colher, e nos 3 hectares de mandioca da roça comunitária onde trabalham também nossos companheiros de Alagamar, Piacas e Maria de Melo que

então também estão sendo destruídos.

Os capangas junto com o proprietário nos ameaçam de morte em nossas casas, trancam as entradas das estradas para nós não passar para as outras áreas de Alagamar e ninguém de Alagamar, Piacas, Maria de Melo e outros lugares passar para dentro de Urna.

Ficamos presos na nossa terra, junto com o gado. Eles não querem reunião do povo na área. Quando eles vêm duas pessoas num canto, os capangas já ficam arrodando. A reunião que querem é para fazer acordo com eles, para a gente aceitar um dinheiro de indenização ou fazer uma cerca e dividir a terra pelo meio. A gente não quer dinheiro não, quer A TERRA PARA TRABALHAR. A gente não quer dividir a terra porque de todo lado tem roçado e morador. Se não chegar a solução para o gado, nós vamos retirá-lo por nossa conta sem violência alguma.

Queremos a desapropriação de Urna junto com todas as áreas não desapropriadas da Grande Alagamar para acabar em definitivo com esses problemas!

Só assim haverá paz em Alagamar!

Ainda denunciaremos os seguintes fatos:

- O Major Serpa, delegado de Itabaiana, disse que estava agindo em nome do Secretário da Segurança Pública, Geraldo Navarro.

Os policiais agem assim: chamando o povo de "bando de imundice"; dizendo "Esse Jesus de vocês é uma pô..."; mandando o dono botar o gado na lavoura; indo de noite nas casas batendo e dando murro nas portas e janelas, gritando ameaças.

Miguez Bonino
Pastor Metodista Argentino

Penso fundamentalmente em duas questões que considero (e espero) poder tomar como pontos de partida já enfrentadas na consolidação do tema da "Igreja dos pobres":

O primeiro é a "preferência de Deus pelos pobres": seja qual for a forma de expressá-la, explicá-la ou interpretá-la, será difícil alguém negar que a tradição dominante da Escritura Sagrada testemunha a preocupação particular de Deus pelos pobres, os angustiados, os oprimidos;

O segundo ponto é que essa preferência não pode ser legitimamente contraposta à universalidade do amor de Deus e da mensagem do Evangelho. O amor de Deus é universal — ninguém está excluído — porém não é nem indiscriminado nem mecanicamente uniforme.

Partindo destas premissas, eu me aproximo do tema. Como é de supor, minha atitude frente ao documento de CCPD é basicamente positiva, porém, não me proponho a defendê-lo. A análise estrutural da pobreza, a articulação teológica e as propostas que oferece, serão avaliadas, discutidas, eventualmente corrigidas aqui e em outras instâncias do Conselho. Acho que não me cabe entrar agora neste processo. Antes, gostaria de me restringir a uma questão (e a um corolário dela), a saber: *a legitimidade de uma teologia articulada conscientemente a partir dos pobres*. Talvez um pouco mais estritamente: a ineludível responsabilidade da Igreja de articular uma teologia a partir da "situação dos pobres".

1. Creio que devemos partir da consideração do que chamarei "O posicionamento do teólogo" (seja indivíduo, comunidade ou igreja). O teólogo, como qualquer outra pessoa que trabalha numa disciplina particular, tem inevitavelmente, um "duplo posicionamento": por um lado, dentro do campo de sua disciplina com suas preocupações de conhecimento e sua metodologia próprias; por outro, é um agente social que pertence a um tempo e a um lugar, a uma cultura, a uma tradição, a uma classe social. Parece-me que o teólogo (especialmente o teólogo moderno) teve clara consciência do primeiro, mas somente muito recentemente começou a levar em consideração a importância do segundo. A partir de que realidade humana, histórica, social ele (indivíduo, igreja) opera?

Tomar consciência deste posicionamento, não significa cair em qualquer espécie de determinismo sociológico (muito pelo contrário, é a única maneira de evitar ser cegamente determinado). Em primeiro lugar, porque tal procedimento

não pode relegar nem obliterar o primeiro: o teólogo deve respeitar radicalmente a especificidade de sua disciplina o que significa concretamente, que nenhuma reflexão tem o direito de se chamar teologia cristã se não responde a uma apreensão particular de seu tema (ou seja, se não procede da fé e na fé) e se não respeita sua referência fundamental: o Deus trino em sua revelação numa história especial, cujo centro e cumprimento está em Jesus Cristo. Aqui está em jogo a legitimidade de uma teologia. Por outro lado, para o teólogo — como para qualquer outro — a posição social não é meramente "destino", mas também "opção"; podemos optar e assumir compromissos questionando nossa posição histórica "determinada" e projetando-nos numa realidade social diferente.

2. É para este ponto, parece-me, que convergem o mandato bíblico (que a Igreja precisa discernir cada vez com mais vigor) de solidariedade com os pobres; a realidade histórica de nosso mundo (onde a pobreza é um fato cada vez mais extenso e desafiante); e a compreensão desta "historicidade social" de toda a empresa teológica. Trata-se, muito simplesmente, de saber *se a teologia cristã está disposta a assumir* a tarefa de articular a especificidade da fé a partir da posição que a leva no mundo, a uma opção evangélica radical pelos pobres. Não se trata de uma "teologia da pobreza" nem mesmo necessariamente, de uma "teologia dos pobres", mas de uma teologia que reflete o Evangelho a partir de uma opção consciente e lúcida a favor dos pobres.

3. O que significa isto? Meus comentários a este ponto devem ser somente formais, pois o contrário exigiria explicar uma análise teológica e social. Mas, mesmo do ponto de vista formal, creio que é possível fazer algumas observações:

Assumir "a posição social do pobre" afeta a teologia pelo menos de três maneiras:

a) *estabelece uma perspectiva sobre a realidade*, a qual se tem chamado "uma visão desde o reverso da história". Toda perspectiva da realidade (toda construção social da realidade) exerce uma função possibilitadora e uma função restritiva: permite ver certas coisas, e oculta outras (já que o teólogo não é Deus, dificilmente poderá evitar esta limitação!). A importância deste fato vê-se claramente, quando nos damos conta de que quase toda teologia moderna foi feita a partir de uma perspectiva: a do mundo ocidental desenvolvido. Como pode essa teologia ver uma realidade que sua posição social lhe oculta a menos que procure



transcender tal posição e colocar-se noutra perspectiva? A gravidade do assunto está em que essa perspectiva oculta é, hoje, a da maioria — a crescente maioria da população do mundo.

b) *essa posição coloca problemas específicos que precisam ser articulados como tais, tematizados e refletidos teologicamente* (ou seja, refletidos partindo da fé e fazendo referência à revelação). Todo pensador deve decidir quais são os problemas significativos (o que Heidegger chamava “*denk-wurdige*”) e quais os irrelevantes, secundários ou dispersivos (alienantes). Nesta decisão não podemos eludir as diferentes percepções que correspondem à nossa “posição social”: por isso é importante a convergência da visão de uma fé comprometida e a de uma percepção de uma realidade histórica.

c) deve especificar-se o *propósito do trabalho teológico* em favor de quem se realiza. De fato há uma certa “gratuidade” em todo trabalho intelectual (e particularmente na teologia, que não pode deixar de ser “doxologia” — uma gratuita contemplação e adoração do mistério do amor e da glória de Deus). Mas isso não pode ocultar o fato de que todo conhecimento — sabendo ou não, querendo ou não — cumpre uma função social. Não existe, neste sentido, uma teologia que não esteja socialmente comprometida com alguém e para quê. É uma questão de decidir.

Estas observações levam-nos a uma segunda questão. Para alguns (algumas comunidades, algumas igrejas) “fazer teologia a partir dos pobres” significa simplesmente assumir e apoderar-se teologicamente de sua realidade histórica: são pobres! “Optar pelos pobres” não significa, para eles, colocar-se numa realidade distinta, mas assumir de maneira diferente — consciente e inteligente — o que são. Assim, começam a aparecer os trabalhos teológicos em muitos lugares do terceiro mundo ou em setores oprimidos do mundo desenvolvido. Mas, para muitos teólogos ou igrejas, a coisa não é tão simples, pois trata-se de uma verdadeira “conversão” não somente espiritual mas, em certa medida, também social e (se posso usar esta palavra) uma conversão epistemológica. Sua dificuldade particular é que se tem que repensar sua condição histórica de povos ricos, de igrejas ricas, a partir dos pobres; e ouvir, ao mesmo tempo, a mensagem do Evangelho na articulação dessas duas realidades: *Como seguir o Deus de justiça que está do lado dos pobres numa situação de opulência analisada à luz da realidade da pobreza?* Nada menos que isso é a tarefa.

É importante destacar que não se trata de uma questão meramente teórica, a qual um estudo cuidadoso poderia

resolver (embora também não possa ser resolvido sem ele), mas de uma questão existencial: Pode uma igreja rica colocar-se “no lugar dos pobres”? É importante que esta questão seja pensada não em termos de “clichês” ou declarações declamatórias, nem com a frustração e autocondenação (que também se transforma facilmente em autocompaixão) que às vezes parece-me perceber em amigos cristãos do mundo rico. Trata-se de pensar nos possíveis modelos de encarnação que podem ser instrumentados e que vão desde a conversa ecumênica a qual permite descobrir certa realidade que, para uns, tinha ficado oculta, até “imersão totalmente” na realidade do outro (o que muito poucos muito raramente conseguem) passando por toda uma outra série de modelos de freqüentação mútua, de imersão parcial ou temporária numa realidade diferente, etc.

4. É neste ponto que desejaria inserir o “corolário” o qual tem a ver com as “propostas às igrejas”, as quais a apresentação de CCPD oferece. Não pretendo julgar se são adequadas, suficientes, possíveis. Isso deverá ser considerado pelas igrejas. Desejaria, porém, sustentar que apontam para uma questão fundamental: *as igrejas* (principalmente as igrejas ricas) *não poderão entender, nem pensar a realidade do mundo da pobreza, que é o mundo de hoje* (e, portanto, não poderão entender o Evangelho hoje) *a menos que assumam concretamente certas atitudes para tornarem real a solidariedade com os pobres.*

Tais atitudes devem ser assumidas consciente, consistente e sistematicamente. Em outros termos, devem constituir uma verdadeira praxis histórica que abranja a totalidade da vida das próprias igrejas. Naturalmente que isto não se fará de uma só vez, nem sempre da mesma forma. Cada igreja deverá procurar a maneira de iniciar, de tornar consciente e de aprofundar essa praxis. Mas, sem ela, a elaboração teórica não poderá evitar o cativeiro da determinação social e ideológica. É neste sentido que talvez poderíamos dizer que os pobres “evangelizam-nos”. Embora fosse mais preciso dizer que o Espírito nos aclara o Evangelho e nos abre, a todos, o caminho da conversão, quando nos convida a assumir — como ricos ou como pobres, de nossas diversas maneiras — essa “preferência de Deus” e, portanto, essa perspectiva “do reverso da história”.



IMAGINE

Imagine que não há céu
É fácil, basta tentar
Nenhum inferno embaixo de nós
E, em cima, só firmamento
Imagine todo mundo
Vivendo pro dia de hoje.

Imagine não haver países
Não é difícil imaginar
Nada por que matar ou morrer
Nem religião também
Imagine todo mundo
Vivendo sua vida em paz.

Imagine não haver posses
Duvido que você possa,
Sem lugar para a gula ou a fome,
uma fraternidade do homem
Imagine todo mundo
partilhando todo mundo
Você pode dizer que estou sonhando
Mas não sou o único não
Espero que um dia você se junte a nós
E o mundo será uma coisa só.

(John Lennon — 1971)